CNE
COLETIVO NACIONAL DOS ELETRICITÁRIOS

Brasília-DF 27 de Janeiro de 2023

# A DOBRADINHA ENTRE 3G RADAR E PWC NA PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS E AS "MANOBRAS CONTÁBEIS" NA REALIZAÇÃO DA OPERAÇÃO

O criminoso caso da fraude contábil operada na Americanas trouxe à tona muitos questionamentos aos métodos de gestão aplicados nas empresas controladas pelo trio de bilionários Lemann, Telles e Sicupira. Até mesmo a gangue de empresários do Banco BTG, comandada pelo ex-presidiário André Esteves, se escandalizou diante do golpe aplicado pelos bilionários, que contou com a conivência da auditoria PWC e com a regulação frágil da CVM.

O caso da Americanas não é o 1º onde os gestores ligados ao trio cometem fraudes bilionárias. Para os mais de 12 mil trabalhadores do grupo Eletrobras, que acompanharam de perto o processo de privatização da empresa, o envolvimento da 3G Radar e da PWC em uma maracutaia desse tipo não foi nenhuma surpresa. Os trabalhadores, os sindicatos e associações de trabalhadores e até mesmo ministros do TCU denunciaram uma série de irregularidades, ilegalidades e "manobras contábeis" muito menos sofisticadas realizadas durante o processo de privatização. Essas maracutaias configuraram golpes contra a União, contra empresas públicas (como a ENBPar), contra os acionistas minoritários, e também contra os trabalhadores da empresa e o povo brasileiro.

Se no caso da Americanas os trabalhadores correm o risco de ficar sem seus empregos e sustento, e até mesmo sem verbas rescisórias e diretos trabalhistas, enquanto Lemann, Telles e Sicupira permanecem bilionários, no caso da Eletrobras, a população deve sofrer com a perda de recursos que deveriam ir pra União e com o aumento das tarifas de energia elétrica para sustentar o crescimento da riqueza deles.

É pratica comum nas gestões lideradas pela 3G Radar o sucateamento dos ativos em conjunto a adoção de práticas contábeis questionáveis para alavancar o valor das ações, dos dividendos e da remuneração de seus dirigentes. Esse foi o caso nas Americanas, que antes da divulgação do escândalo contábil efetuou uma distribuição de dividendos pouco usual e logo depois seus vários dos seus dirigentes venderão as ações que detinham.

Na Eletrobras, além de promover o aumento dos salários dos diretores e conselheiros de forma escandalosa, a empresa já prepara mudanças na política de pagamento de dividendos e já divulgou a realização de um programa de recompra de ações. O sucateamento da empresa vem com o projeto de demissão de 4.100 trabalhadores em menos de 4 meses. Em relação às Demonstrações Financeiras da empresa, muitas irregularidades já foram cometidas lesando, principalmente, a União. Outras fraudes representam risco à empresa e aos consumidores. Destacamos abaixo algumas das mais escandalosas manobras bilionárias realizadas na operação de privatização:

## 1. A REALIZAÇÃO DE APORTE E A INCORPORAÇÃO DA USINA DE SANTO ANTÔNIO

O episódio envolvendo a realização de um aporte de recursos na Madeira Energia SA - sociedade que detém 100% da Santo Antônio Energia, talvez seja a manobra que mais concentra irregularidades, e que contou mais proximamente com a conivência da auditoria PWC, que supostamente deveria ser independente para questionar tais atos. Em resumo, a Eletrobras fez um aporte bilionário na Madeira Energia S.A. na tentativa de impedir a quebra da empresa. A quebra da empresa impediria a privatização até que todo o imbróglio fosse resolvido. Para a realização desse aporte, eram necessários estudos que comprovassem a vantajosidade da operação e avaliasse corretamente todos os riscos envolvidos. De outro lado, caberia a auditoria PWC avaliar tais estudos e seu impacto sobre o balanço patrimonial da empresa, além de possíveis riscos que a operação traria para a empresa. Como se sabe, nada disso foi feito. A diretoria da Eletrobras levou adiante uma operação apressadamente, de forma precária, sem avaliar corretamente os impactos para a companhia, a vantajosidade da operação e os riscos envolvidos. Os impactos advindos da incorporação da MESA, como o aumento das dívidas, um possível acionamento das clausulas de cobertura dos empréstimos que podem levar a Eletrobras à bancarrota e os riscos associados aos enormes passivos judiciais foram ignorados para levar a operação adiante. Vale lembrar que, no momento da realização dessa operação, a Eletrobras ainda era uma empresa pública. A auditoria PWC foi conivente ao proceder a aprovação das Demonstrações Financeiras sem a correta mensuração dos riscos da operação de incorporação da Madeira Energia S.A., diante de um quadro de total incerteza. Nem os executivos que estavam à frente da Eletrobras à época, nem a auditoria podem alegar que não foram avisados, já que a AEEL, ASEF e outros acionistas minoritários enviaram cartas para os auditores pedindo esclarecimentos sobre as irregularidades aqui apontadas. Essa desastrosa operação continua a trazer risco para a Eletrobras e a impactar os resultados da empresa, prejudicando a União e também acionistas minoritários.

## 2. A PEDALADA NOS DIVIDENDOS QUE SURRUPIOU R$2,7 BILHÕES DA ELETRONUCLEAR

A Eletronuclear levou um golpe de nada menos que R$2,7 bilhões durante o processo de privatização da Eletrobras. A operação de transferência do controle da Eletronuclear, para que ela saísse da Eletrobras e passasse para ENBPar, exigia como passo anterior a emissão de novas ações pela Eletronuclear. Parte das novas ações emitidas foram compradas pela Eletrobras, que hoje detém 35% das ações ordinárias e 99% das ações preferenciais, outra parte das ações emitidas foram compradas para ENBPar, que detém 65% das ações ordinárias (com direito a voto). Para manter esses percentuais de participação, a Eletrobras deveria pagar R$6,2 bilhões para a Eletronuclear pela compra das novas ações emitidas. Mas, a Eletrobras, sob o comando da diretora financeira ligada ao grupo de Lemann, arrumou um jeito de não pagar quase a metade desse valor. Parte do valor devido pelas ações da Eletronuclear foi pago à Eletrobras com integralização de um AFAC (Adiantamento para Futuro Aumento de Capital). Até aí tudo normal.

Acontece que para pagar a parcela restante, de R$2,7 bilhões, a Eletrobras inventou uma dívida da Eletronuclear contra ela. Isso mesmo, inventou uma dívida, pois a Eletrobras e a Eletronuclear nunca registraram essa dívida. Não havia nada, nenhuma informação dela nas demonstrações financeiras das duas empresas, nenhum registro, nada no passivo na Eletronuclear, nada no ativo da Eletrobras que registrasse esse suposto "direito". A dívida inventada supostamente seria relacionada a dividendos não pagos de anos anteriores, entre 2010 a 2021.

Fica a pergunta do porquê desses dividendos "devidos" nunca apareceram antes nas demonstrações financeiras dessas empresas e se eles são realmente devidos.

Mas qual seria o motivo para esses dividendos não estarem registrados? Isso é fácil de responder: eles não são devidos! O Estatuto da Eletronuclear vigente à época é claro em relação a prescrição de dividendos:

**Capítulo X**
**Do Exercício Social e Demonstrações Financeiras**

**Art. 43.** O exercício social coincidirá com o ano civil, iniciando-se a 1º de janeiro, com término em 31 de dezembro de cada ano e obedecerá, quanto às demonstrações financeiras, aos preceitos da legislação sobre as sociedades por ações e ao presente Estatuto.

§1º Em cada exercício será obrigatória a distribuição de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação vigente.

§ 2º A remuneração aos acionistas sofrerá incidência de encargos financeiros, a partir do encerramento do exercício social até o dia do efetivo pagamento, sem prejuízo da incidência de juros moratórios, quando esse pagamento não se verificar na data fixada pela Assembleia Geral.

**Art. 44.** Prescreve, no prazo legal, a ação para pleitear dividendos, os quais, não reclamados tempestivamente, reverterão em benefícios da Eletronuclear.

https://www.eletronuclear.gov.br/Quem-Somos/Governanca/Documents/Base-Juridica/ESTATUTO.pdf

Para piorar, além de prescritos, a operação contabilizava dívidas referente a dividendos em anos onde a Eletronuclear obteve prejuízo (2021, 2019, 2017, 2016, 2015, 2014, 2013 e 2010). Mas anos de prejuízo não dão direito a distribuição de dividendos e em 8 dos últimos 11 anos desses registros a Eletronuclear apresentou prejuízo.

Assim, ao analisar a operação, o MPTCU percebeu que havia algo de estranho. Por que será que durante 11 anos essas empresas publicaram demonstrações financeiras sem fazer nenhuma menção a essa suposta dívida? Infelizmente, ao invés de determinar a correção do erro, o MPTCU pediu apenas que a CVM se manifestasse sobre o assunto.

A CVM ficou em uma posição delicada, tendo que decidir se manifestava-se apontando a irregularidade da declaração de um dividendo que de fato não é devido, mostrando que a operação era irregular, ou admitia que ela e as auditorias (PWC e KPMG) falharam durante ONZE ANOS seguidos em seus papeis de reguladora e de auditoria independente, deixando passar um grande erro nas demonstrações financeiras da Eletrobras e da Eletronuclear, pelo não reconhecimento de dividendos devidos. Mas infelizmente a CVM, comandada por diretores ineptos e indicados durante o governo do ex-presidente Bolsonaro, optou por ser conivente com esse erro.

Esse erro teve consequências graves. Essa operação reduziu o caixa que estaria disponível para a Eletronuclear após a operação em R$2,7 bilhões e jogou mais pressão sobre o caixa da nova estatal, a ENBPar. A operação prejudicou, portanto, diretamente a União que é a controladora da ENBPar. Essa "manobra contábil" foi uma forma de poupar o caixa da Eletrobras para beneficiar seus acionistas privados, como a 3G Radar e contou com a complacência do BNDES, da PWC e da CVM, assim como no caso da Americanas.

## 3. SUBAVALIAÇÃO DE TUCURUÍ

O longo processo de aprovação da lei que permitiu a privatização da Eletrobras foi, desde seu início, marcado pelas denúncias de inconstitucionalidades, mas também por denúncias de corrupção. Depois de mais de 3 anos em tramitação, o deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), à época presidente da Câmara dos Deputados, revelou que não colocaria o assunto em pauta porque o processo estaria "sob suspeição", e acusou o ministro da Economia, Paulo Guedes, de estar "negociando a modelagem da privatização da Eletrobras para beneficiar acionistas" (veja aqui). A declaração de Maia foi dada em evento do Lide, organização de lobby ligada ao governador de São Paulo, João Doria (PSDB-SP). A acusação se referia a extensão da concessão da Usina de Tucuruí e a permanência de garantias da União para empresa privatizada. Confirmando as suspeitas, a extensão do período de concessão da usina de Tucuruí, que segundo Rodrigo Maia estava sendo negociada por Paulo Guedes, foi concedida logo após a promulgação da lei e não foi considerada no cálculo do valor da outorga a ser paga pelos novos acionistas. A manobra já rendeu frutos,

tendo sido reconhecido um lucro de R$1,6 bilhão no balanço da Eletrobras com a operação. Esse valor deveria ter composto o valor de outorga, a ser recebido pela União. Ou seja, mais uma manobra lesiva a União.

### 4. SUBAVALIAÇÃO DO VALOR DOS ATIVOS DA ELETROBRAS

Esse talvez tenha sido o mais descarado crime cometido durante o processo de privatização da Eletrobras. O Tribunal de Contas da União (TCU), em particular o relatório do Excelentíssimo Ministro Vital do Rego, apontou uma série de irregularidades no processo de cálculo do valor das outorgas, como a utilização de preços futuros da energia até 40% inferiores ao atualmente praticados, a não precificação da potência das geradoras e a superestimação do custo de capital utilizado na valoração dos ativos. O ministro relatou em seu voto uma subavaliação de R$ 63,33 bilhões no valor estimado pelo governo e propôs a rejeição dos cálculos do valor a ser pago pela empresa na desestatização. De sua parte, a Eletrobras já se movimenta para tentar regulamentar junto a ANEEL a precificação de potência das geradoras na tentativa de abocanhar bilhões em cima dos consumidores. Esse valor também deveria ter composto o valor de outorga, a ser recebido pela União. A empresa obteve uma fonte potencial de receitas sem pagar por ela, em uma concessão pública. Mais um dinheiro que a 3G Radar ganhará em cima dos consumidores e da União.

### CONCLUSÃO

Essas são algumas das muitas irregularidades do processo de privatização da Eletrobras. Existem muitas outras denúncias já encaminhadas, envolvendo Itaipu, Angra 3, Belo Monte, a ilegalidade das garantias públicas para uma empresa privada, as contratações ilegais, empréstimos compulsórios, a gestão de fundos regionais e problemas de governança. Algumas dessas denúncias viraram processos judiciais, muitos deles que ainda não foram julgados. De tão numerosos os erros, a AEEL teve que montar um dossiê, o Livro Branco das Ilegalidades, e erros crassos na precificação da Eletrobras, compilando todas essas informações.

Diante desse quadro, a AEEL está atuando junto ao novo governo e a AGU para que investiguem todas as irregularidades praticadas pelo governo anterior. **Para começar, deveria investigar todas as reuniões realizadas entre os novos controladores da Eletrobras, como a 3G Radar e a XP, com ministros e secretários executivos durante o período em que o governo de Bolsonaro e o congresso discutiam a forma da privatização.** A nomeação de pessoas que antes ocupavam cargos estratégicos no governo anterior como indicados dos fundos privados para o conselho de administração da Eletrobras levanta a suspeita de relações pouco republicanas entre os fundos e o governo Bolsonaro, como é o caso da conselheira Marizete Pereira, conforme denunciado pelo jornal Valor Econômico.

Assim como os bancos credores estão questionando judicialmente a 3G Radar, a PWC e a atuação da CVM, os sindicatos e associações de trabalhadores também estão questionando as maracutaias praticadas por essa gestão predatória, em particular os absurdos feitos durante o processo de privatização. A AEEL, na qualidade de defensora dos interesses dos trabalhadores e como acionista minoritária da empresa, não vai se calar diante de todas as irregularidades que foram cometidas durante a privatização até que esse processo seja revisto e a empresa reestatizada!

**E continuaremos na luta para que todos aqueles que compactuaram com essas manobras, paguem caro por seus erros! Enquanto há vida, há luta!**